

Desastres socioambientais, memória da violência e oralidade: um estudo de caso a partir do relato de Joseli dos Santos

Socio-environmental disasters, memory of violence, and orality: a case study based on the account of Joseli dos Santos

Patrick Barros Benaion | Fundação Oswaldo Cruz

benaionptk@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0002-9758-7663>

RESUMO O trabalho parte da análise de eventos da trajetória de Joseli dos Santos, cearense nascida em 1969 e mãe do autor. Viúva no início dos anos 2000, passou por desastres socioambientais no Rio de Janeiro, para onde se mudou aos 18 anos. O objetivo é discutir o papel fundamental e devastador dos desastres de pequeno e médio porte, que ocorrem de modo corriqueiro no Brasil. Diferentemente dos grandes desastres, esses eventos costumam ser invisibilizados, assim como as experiências das vítimas e os relatos sobre eles. É observada a necessidade de um olhar mais atento para esses eventos, e enfatizada sua dimensão eminentemente narrativa, tendo em vista suas implicações para a sociedade e o modo pelo qual esses eventos são avaliados ou esquecidos pela história. Para tanto são usados aportes teóricos oriundos da história ambiental – como os conceitos de desastres socioambientais e de justiça ambiental –, da história oral, sobretudo para analisar o discurso e a trajetória de Joseli e outros casos como o estudado, e discussões abordadas nos estudos de memória, violência e traumas na história.

Palavras-chave desastres socioambientais – memória – narrativa – história ambiental – violência.

ABSTRACT *The project aims to analyze the life trajectory of Joseli dos Santos, a woman from Ceará born in 1969 and mother of the author, who moved to Rio de Janeiro at the age of 18 and faced multiple socio-environmental disasters, also becoming a widow in the early 2000s. The study seeks to discuss the significant yet devastating impact of small and medium-scale disasters that, despite their frequency, are often rendered invisible in Brazil, as well as the experiences and testimonies of the victims involved. By adopting a narrative approach, the work emphasizes the need for increased attention to these events, exploring their societal implications and the way in which they are evaluated – or forgotten – by history. To this end, are used theoretical contributions from environmental history – such as the concepts of socio-environmental disasters and environmental justice – oral history, especially to analyze Joseli's speech and trajectory and other cases like the one studied, and discussions on memory, violence and trauma in history.*

Keywords *socio-environmental disasters – memory – narrative – environmental history – violence.*

Memórias, violência e trauma nos desastres socioambientais: o relato de Joseli

E eu me lembro dos gritos dela com a filhinha dela no colo, e eu com meu filho já no meio da rua, e as pessoas gritando que tinha desabado uma casa lá de cima, foi uma coisa horrível. E no passar dos anos, meu [sic] síndrome do pânico, meu medo me fez olhar pro céu todos os dias (Santos, 2023).

Moradora da Tijuca, Rio de Janeiro, desde 1997, em um prédio literalmente grudado na pedra do morro da Chacrinha, parte do complexo do Turano,¹ Joseli viveu o que aqui definiremos como desastres socioambientais. Seu relato é focado na ocorrência de duas chuvas, uma em 1998, quando seu filho, autor deste trabalho, ainda tinha 4 anos de idade, e outra em 2005, quando seu filho já tinha memórias melhor demarcadas. Foi concedida uma entrevista ao autor deste trabalho em abril de 2023, quase vinte anos depois do último desastre vivenciado no Rio de Janeiro, notabilizando a permanência dos impactos na vítima. Procuramos compreender como o evento afeta seu entendimento acerca do ocorrido, sobre quem são os responsáveis, e sobre as possibilidades de se evitar que venha a acontecer novamente algo semelhante (Santos, 2023).

Após chuvas típicas da cidade – segundo suas palavras –, não um “temporal dos mais fortes”, mas uma chuva comum de primavera-verão, houve um deslizamento de terra, lixo, pedaços de encostas mal conservadas e desgastadas pela ação do tempo nos fundos do prédio em que Joseli vivia, gerando danos físicos em sua estrutura, porém sem vir a causar diretamente óbitos.

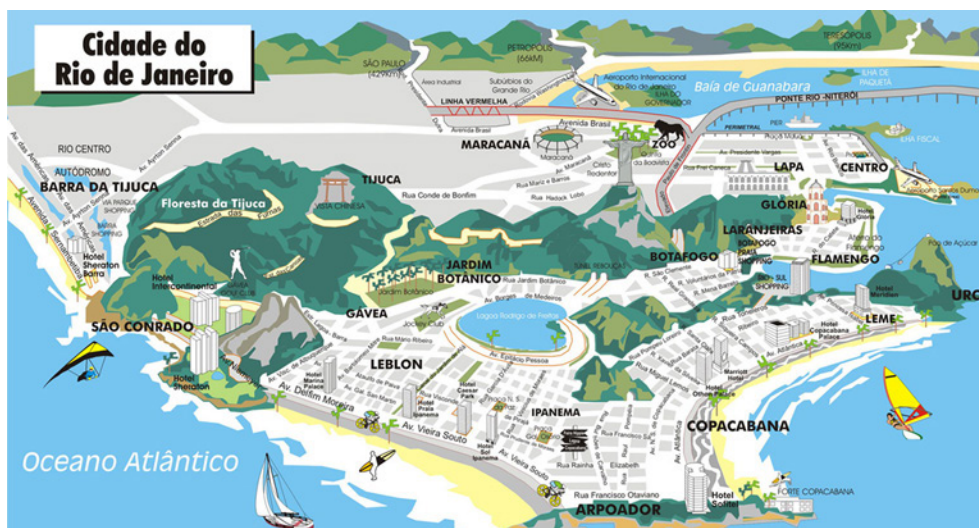


Figura 1: Mapa turístico da cidade do Rio de Janeiro.

Disponível em: <https://www.riodejaneiroaqui.com/pt/mapa-turistico.html>.

Acesso em: 2 nov. 2024.

1 Trata-se de um conjunto de comunidades situadas em morros na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Apesar dos danos não terem atingido fisicamente sua família – sobretudo seu filho, que mal se lembra do primeiro episódio –, Joseli foi afetada definitivamente. E essa é, eminentemente, a história de um trauma invisibilizado, ao menos nas narrativas oficiais, aquelas que os grupos dominantes, detentores de mais instrumentos para a criação de narrativas usam de acordo com seu ponto de vista e interesses (Pollack, 1989, p. 5).

Ainda hoje, Joseli procura abrigo na casa de conhecidos e amigos ao sinal das, para alguns, mais singelas e agradáveis gotas de chuva. Percebeu, também, ao longo de reflexões próprias, que sempre que ameaçava chover, saía de casa com seu cachorro. O programa de televisão que não perde em nenhuma hipótese, desde a época dos ocorridos, é a parte do jornal relativa à previsão do tempo. Um de seus maiores sonhos permanece: mudar-se para um lugar longe de pedreiras e mais seguro. Os traumas, as imagens intrusivas, os medos, vão desde os mais visíveis e perceptíveis para a própria Joseli, até os mais sutis e invisíveis.

Joseli desenvolveu, por conta dos ocorridos, diversos sintomas típicos de um transtorno de estresse pós-traumático (Tept), sendo a síndrome do pânico e a ansiedade possivelmente os mais visíveis. A entrevistada relatou episódios de pânico ao ouvir ou ver qualquer sinal de chuva, mesmo que pouco provável. Acordar durante a noite com barulhos de pingos de chuva também se tornou algo corriqueiro em sua vida, sendo comum o hábito de levantar de madrugada para vigiar o céu.

Enchentes, deslizamentos de terra, queda de encostas fazem parte da história brasileira muito antes da lama invadir Mariana ou do grande episódio nacionalmente conhecido das fortes chuvas na região serrana do Rio de Janeiro em 2011. Efetivamente, há relatos sobre grandes catástrofes espalhadas pelo país desde o século XIX. Autores como Beck (1992), defendem a tese de que se vive numa era de crescentes incertezas, pois o impacto das atividades humanas no meio ambiente potencializou, além dos possíveis desastres, a incapacidade de antever e prever aonde se pode chegar. Não é diferente na paisagem carioca.

E, para se criar um desastre ambiental na cidade do Rio de Janeiro, não é necessário que ocorram chuvas como as que assolaram a cidade em 1966, quando mais de duzentas vidas foram perdidas em questão de horas entre deslizamentos, enchentes e quebra de barrancos (Sedrez, 2013, p. 185). Por muito menos, ano após ano vidas são perdidas, propriedades e lugares – que não podem ser medidos apenas em sua dimensão física, mas também afetiva e psicológica – são destruídos. Muitas dessas catástrofes, como não é surpresa, são intensificadas à medida que cresce o número de moradias precárias na cidade.

Quando a cidade fecha a maior parte de suas fronteiras para crescimento em lugares convencionalmente seguros, o processo de favelização se intensifica, como é visto no decorrer das décadas de 1970, 1980 e 1990. Além disso, a crise econômica de 1980 tornou ainda mais escassos os recursos do Estado para políticas de habitação e, somando a isso as dificuldades cada vez maiores de acesso a serviços básicos relacionáveis com o avanço de políticas neoliberais do Estado brasileiro nos anos 1980 e 1990, o número de moradores em periferias urbanas passou a crescer ainda mais. Em um estudo sobre a história do processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro, Álvaro Ferreira corrobora que:

Foi com a introdução das políticas neoliberais, a partir de 1980, que esse processo ganhou força, já que houve uma política de privatização, uma acumulação de bens e serviços em poucas mãos, o que acabou desestabilizando socialmente os países periféricos e lançando

milhões de pessoas na informalidade. Para o sistema, segundo Davis (2006), eles são ‘óleo queimado’, ‘zeros econômicos’, ‘massa supérflua’ que sequer merece entrar no exército de reserva do capital. Essa exclusão pode ser percebida pela crescente favelização que ocorre no planeta. Segundo Davis (2006, p. 34), 78,2 por cento das populações dos países pobres é de favelados e dados da CIA, de 2002, apresentavam o espantoso número de 1 bilhão de pessoas desempregadas ou subempregadas favelizadas (Ferreira, 2009, s.p.).²

Claro que as moradias em áreas de risco, ocupações pouco ordenadas pelo Estado – para não dizer inteiramente sem controle, em alguns casos –, com pouca estrutura de coleta de lixo e saneamento no geral, aumentaram a vulnerabilidade de boa parcela da população do município do Rio de Janeiro aos desastres ambientais, tornando a cidade palco de repetidas catástrofes. Nesse sentido, é válido destacar os processos históricos que fazem com que a quantidade desses episódios aumente, afinal, as razões para que isso ocorra são, também, históricas e conjunturais.

Schurster e Araújo (2022), a despeito de sua preocupação mais centrada no ensino da história dos traumas e questões “socialmente vivas”, realizaram reflexões valorosas no que diz respeito à consciência histórica, estabelecendo-a como um “meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela [a consciência histórica] é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro” (Schurster e Araújo, 2022, p. 9).

Não é nosso objetivo adentrar debates da teoria da história que objetivam discutir a capacidade de previsibilidade de eventos e possíveis lições retiradas de um “espaço de experiências”, ou sua impossibilidade a partir de um novo e reformulado “horizonte de expectativas” – como os próprios autores supracitados fazem em determinado momento, com o objetivo de pensar melhores possibilidades para o ensino de traumas na história –, tal como é categorizado na obra canônica de Koselleck (2006). Contudo, pensando a partir da regularidade dos tipos de episódios aqui relatados, argumentamos que sua repetição, reiterada por motivos concretos e pela própria relação com a natureza, é fator potencializador do tipo de trauma abordado de uma forma bem específica, como no caso de Joseli.

É essencial atentar para os desastres pequenos e médios que, por conta da sua menor magnitude e da conseqüente pouca visibilidade que lhes é dada pelos jornais e mídias de maneira geral, acabam passando quase despercebidos numa narrativa hegemônica que se propõe a trazer os principais eventos catastróficos de uma localidade. Em contrapartida, são muito mais comuns e afetam, logo, com uma frequência muito maior a vida de parte da população localizada em áreas de risco, como é o caso abordado no presente trabalho. Esses eventos constituem parte da história de um espaço específico e atingem ativamente a saúde daqueles que sofreram e sofrem com suas conseqüências.

Dentro desse cenário explicitaremos, a partir de agora, as ferramentas teóricas que nos permitem um outro olhar sobre a trajetória de Joseli. Mais do que mera história individual e à parte em um cenário de desastres que são reconhecidos pelo Estado e pela mídia, compreendemos que se trata de um dos incontáveis casos que ilustram o modo como muitos brasileiros e brasileiras levam suas vidas. Os conceitos mobilizados visam dar maior inteligibilidade às questões e direcionam para o ponto central desse trabalho.

2 O texto on-line está disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-828.htm> Acesso em: 20 abril 2023.

Desastres, memória e narrativa: o que é um desastre ambiental?

Quando questionada se aquilo que havia vivenciado tinha sido um verdadeiro desastre ambiental, Joseli não hesitou em afirmar que sim. No entanto, para os principais veículos de informação – lembrando que à época não havia mídias alternativas disseminadas e capazes de colocar informação nas redes sociais com a facilidade de quem tem um *smartphone* às mãos – e para o próprio estado do Rio de Janeiro, tais episódios parecem ter passado despercebidos. Tampouco parece que os governos da época aceitariam facilmente caracterizá-los de verdadeiros desastres ambientais. Fica evidente, assim, que a própria definição do que é ou não um desastre (sócio)ambiental passa por uma questão de disputa narrativa; quem tem verdadeiramente o poder de definir um episódio “natural” como desastre? Quem lembra e a quem interessa lembrar de um evento como desastre? Como esses desastres se tornam parte da memória de uma determinada localidade? Eles se tornam parte dessa memória? Afinal, o que os compõem, quais são suas características?

Sedrez (2013) aborda como o campo da história ambiental tem analisado as questões referentes aos desastres ambientais. É destacada nessa obra a dimensão social dos desastres ambientais, além de sua dimensão puramente “natural”, na medida em que eventos semelhantes atingiram e seguem atingindo diferentes sociedades, em formas e graus diversificados, variando junto com sua localidade e tempo histórico.

A percepção social e os impactos de um evento natural catastrófico, além das próprias disputas narrativas sobre o que é ou não é um desastre, são parte da sua própria compreensão. Nesse sentido, é preciso avaliar as constituintes históricas, sociais e culturais de cada caso. Defendemos, aqui, a ideia de que, além das narrativas oficiais do desastre, se faz premente uma análise e compreensão individual desses eventos, pois os impactos dos desastres socioambientais adquirem outra inteligibilidade quando esse âmbito também é considerado. Precisamos, logo, discutir as diferentes narrativas invisíveis, memórias que Pollack (1989, p. 4) chamaria de “subterrâneas”, no entendimento oficial e no de seus impactos, sendo, portanto, necessário recorrer a outras fontes e histórias, como as disponíveis por meio da história oral, que ganham materialidade nesta breve análise, como o testemunho de Joseli.

Pollack (1989) destaca as memórias estão sempre em disputa, sejam as memórias de um grupo minoritário que busca tensionar narrativas de um Estado que almeja trazer determinada visão de si, no caso apresentado, por exemplo, numa dimensão ainda mais local, que de algum modo se contrapõe à memória mais focalizada do estado do Rio de Janeiro. Tal dicotomia é sempre marca de uma cidade maravilhosa lotada de contradições, desigualdades sociais, violências, assolada por desastres cotidianos – causados, como é válido lembrar, por eventos corriqueiros e que, teoricamente, não representam, ou não *deveriam* representar grandes riscos a uma cidade melhor estruturada.

Aí está um elemento que nos auxilia na compreensão, especialmente na compreensão social dos desastres. Uma chuva simples, típica na cidade do Rio de Janeiro em todo o ano, devido ao seu clima quente e úmido, dificilmente ficaria marcada na história da cidade ou do estado. Contudo, pode ser o suficiente para destruir definitivamente patrimônios, causar deslizamentos, ceifar vidas e implicar em impactos que podem vir a ser recordados por grupos como um grande desastre. Portanto, o que define a noção de desastre ambiental por si só? Não há uma escala, um termômetro natural capaz de medir a partir de quantos milímetros de chuva

em uma variação específica de tempo um desastre se inicia. Ele ocorre a partir da percepção humana, dos impactos que são vivenciados por determinado grupo e da sua narrativa, muitas vezes conflitantes com a memória que um estado ou um país pretende adotar para si mesmo.

Ocorre que frequentemente, apesar de a recorrência dos desastres menores e suas consequências não configurar dado novo aos cientistas de diversos campos, acaba-se por analisar ou balizar os grandes marcos de desastres em eventos que ficaram muito conhecidos. Lopes (2018), ao analisar as diferenças discursivas relativas às causas dos desastres ambientais em Santa Catarina, baliza-os em dois grandes marcos, no seu caso, as enchentes e os deslizamentos de 1974, e o furacão Catarina, que chegou à costa da região em 2004. São vários os trabalhos produzidos, por exemplo, sobre as grandes chuvas que assolaram o Rio de Janeiro em 1966. Pinheiro (2015), analisa as diferenças nos discursos da mídia em dois eventos catastróficos na cidade do Rio de Janeiro: as chuvas de 1966 e de 2011. Não queremos inferir que os desastres de menor magnitude tenham passado despercebidos aos historiadores ambientais e outros pesquisadores, mas pretendemos direcionar mais luzes para esses eventos como protagonistas dentro da nossa abordagem, o que é consideravelmente menos comum.

Natural e social convergem de forma nítida, assim, para a compreensão de um determinado fenômeno histórico. Uma mesma “carga natural” pode causar, ou não, impacto suficiente para ser lembrada como desastre em diferentes localidades, para diferentes grupos e em diferentes contextos históricos. A abrangência do impacto depende, também, da ação humana no local, que pode atenuar ou potencializar suas dimensões, da percepção das pessoas, atingidas ou não, e da consequente disputa narrativa que pode nascer a partir do evento.

Ao explicitar o que é um desastre socioambiental em todas as dimensões, procuraremos explicar sua dinâmica na sociedade brasileira, sobretudo, relacionada aos desastres pequenos e médios. É compreensível que, para o público em geral, haja uma maior busca pelo eminentemente catastrófico, aquilo que salta aos olhos pelo tamanho, magnitude e durabilidade – maior ou menor dependendo de vários fatores, como o próprio tempo e espaço nos quais ocorrem os eventos. No entanto, procuramos ressaltar a importância de observar os mecanismos produtores e os impactos causados pelos desastres de pequeno e médio porte, parte muito mais frequente na história de diversas localidades, como vimos nos argumentos apresentados.

Desastres socioambientais como injustiças ambientais: um mecanismo produtor de violência

Uma chave para elucidar a dinâmica dos desastres socioambientais no Brasil é a compreensão de como se produzem as injustiças ambientais. Pela definição de Selene Herculano, socióloga com vasta literatura sobre justiça ambiental e suas premissas:

Por Justiça Ambiental entenda-se o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (Herculano, 2008, p. 2).

Não é por acaso que os desastres socioambientais recaem de forma desproporcionalmente maior sobre determinados grupos, com grande frequência aqueles associados a classes sociais de baixo poder aquisitivo e menor capital político. No decorrer do desenvolvimento do Estado brasileiro, no processo de urbanização acelerado, descontrolado e conivente por parte do ente, tais grupos foram sendo cada vez mais vulnerabilizados por conta da atividade direta ou da omissão do Estado. Essas parcelas da sociedade são aquelas que ocupam, majoritariamente, áreas de riscos com maior disposição a sofrer impactos catastróficos no país.

O conhecido problema da coleta de lixo em regiões periféricas no Brasil – destacamos aqui as favelas do município do Rio de Janeiro que, principalmente em suas regiões mais altas, muitas vezes, não possuem nenhuma coleta adequada –, somado às ocupações irregulares (como no alto da pedra), são catalisadores de desastres que, como sugerido, são pouco surpreendentes.

Foi justamente num dia de chuva que esse lixo, junto com pedras, lama e pedaços das encostas sem reparos, deslizou causando um estrondo que, segundo os moradores locais, mais lembrava um verdadeiro terremoto, gerando o desastre aqui analisado que atormenta até hoje os dias da entrevistada (Santos, 2023). Essas injustiças ambientais estão no cerne da relação que essas pessoas têm com o meio ambiente, diretamente a partir do ônus gerado em sociedade, e que o Estado brasileiro, ao se omitir de resolver esse e tantos outros casos espalhados pelo país, corrobora para que continuem ocorrendo. Compreendemos que essa dinâmica seleciona aquelas pessoas que, do ponto de vista de determinados projetos de nação, podem sofrer as consequências físicas e psíquicas desses desastres socioambientais.

A partir de uma das categorias mais basilares para pensar esse tipo de violência, o corpo, e com base em um dos métodos de compreendê-lo também à luz da história ambiental, podemos chegar a conclusões importantes para a análise. Como Sedrez (2012) sintetiza em seu artigo “O corpo na história ambiental: de corpos d’água a corpos tóxicos”, a partir da abordagem de Neil Maher, em um ensaio em 2010, a disciplina possui cinco grandes fases (p. 275) em seu modo de compreender o corpo na produção historiográfica, dentro das quais nos encontramos na quinta, denominada pelo autor de “corpos em equilíbrio”, que busca compreender o corpo justamente numa chave interpretativa que o avalia dentro da natureza em uma concepção integrada, levando em consideração fatores culturais e materiais, em que há um contato claro entre a história da saúde e da medicina e a história ambiental (p. 279).

Culturalmente, parecem ser corpos descartáveis em nome do progresso da nação. A omissão do Estado, enfatizamos, é ensurdecadora quando se trata de atingidos e, principalmente, dos potencialmente atingíveis e vulneráveis por conta das dinâmicas produtoras de injustiças ambientais. Materialmente, são corpos que interagem com a natureza justamente no que há de mais nocivo, de modo que, no limite, põem em risco as suas próprias vidas e dão origem, como analisaremos, a traumas que não podem ser dimensionados somente em sua dimensão física.

É dentro dessa chave que situamos o caso de Joseli. Além da dimensão do seu testemunho e da importância de seu relato, assim como da sua contribuição ao nosso entendimento do tipo de violência causado por esses impactos socioambientais, estamos falando de um corpo que respira, que vê, que sente. Um corpo que, concretamente, estabelece relações possíveis com a natureza, permeadas pelas possibilidades materiais em que vive. Um corpo que pertence ao mundo natural e por ele sofreu violências típicas de um país marcado pela existência de desigualdades latentes e de injustiças ambientais.

A violência dos desastres: memória e impossibilidade do testemunho

Na esteira dos diversos cientistas sociais mobilizados para este ensaio, com base em Peralta e Ganito (2013), compreendemos a memória não como uma reprodução do passado tal qual ocorreu, mas sim um passado que foi selecionado, com esquecimentos inerentes e integrados eminentemente no presente por meio de uma reprodução seletiva – no nosso caso, com enfoque no indivíduo. A significação dada não escapa ao contexto social mais amplo no qual e quando a recordação é feita, e é dentro dessa chave que analisaremos o caso de Joseli.

A memória da violência, e dos eventos traumáticos constitui algo ainda mais específico dentro desse vasto campo de estudos. Em algumas perspectivas clássicas – com as quais entramos em desacordo pela própria razão de ser desta produção –, o trauma se define pela própria impossibilidade de sua narrativa (Seligmann-Silva, 2008, p. 67). Existiria, portanto, por conta da incomensurabilidade, uma violência tão grande e fora dos padrões de “normalidade” da vida cotidiana, que ocasionaria uma impossibilidade de construção narrativa acerca das memórias da violência.

Como efeito, o grande foco dos pesquisadores sobre os temas de memória, trauma, testemunho e violência têm privilegiado temas relacionados às perturbações do Tept, gerados principalmente por guerras, genocídios e outras catástrofes do gênero, sobretudo ao longo do século XX. Neste artigo, destacamos as possíveis especificidades, com semelhanças e diferenças, das memórias de violência dos indivíduos marcados pela violência gerada em desastres ambientais, obtidas por meio de relatos. Acreditamos, tal como Elsa Peralta, que é precisamente por meio do testemunho direto, aqui concedido via entrevista oral, que é possível verbalizar – pelo menos em parte –, o que há de indizível num passado violento e, assim, fazer uma espécie de acesso ao passado, ainda que marcado por distorções, falhas e esquecimentos típicos da memória, no próprio presente.

No que diz respeito à impossibilidade de uma narrativa, por meio da história oral e por um relato de vivência relacionado à violência específica de um trauma ambiental, construímos uma provocação, alinhada com outros autores estudados neste trabalho, que mostra, sim, a possibilidade de memória individual, do testemunho direto e do relato de uma memória relacionada à violência.

Silva realiza um apanhado de autores de extrema relevância que procuravam defender a tese da impossibilidade de uma construção narrativa. Dori Laub, em 1995, escreveu importante ensaio no qual defendeu a ideia de que o Holocausto teria sido um “evento sem testemunha”, devido à impossibilidade de narrar de forma lúcida e íntegra o ocorrido, em razão do grau de violência. Alguns dos trabalhos famosos de Primo Levi também tinham por chave a ideia da impossibilidade testemunhal, sendo possível o relato apenas daqueles que conseguiram manter certa distância do evento em si (Seligmann-Silva, 2008, p. 64-65).

A ideia trabalhada é que, de fato, por determinados motivos, algumas memórias, como destaca Pollack,³ somente são resgatadas em determinados contextos sociais e históricos. O caso dos sobreviventes do Holocausto que, a despeito do horror dos campos de concentração e do papel que puderam vir a desempenhar internamente, da própria culpabilidade que atribuem a si mesmos por terem sobrevivido enquanto a maior parte do seu povo foi morta, é vencido

3 Ver o conceito de “memórias subterrâneas” de Pollack (1989) em “Memória, esquecimento, silêncio”.

na ocasião do final de suas vidas, quando sentem a necessidade de narrar para o mundo, num contexto mais propício, o que vivenciaram.

O caso de Joseli é muito emblemático nesse sentido. Trata-se da narrativa de um trauma causado por um desastre socioambiental que ocorreu no passado e que ainda traz motivos concretos para que ela acredite que pode acontecer hoje novamente – a iminência do risco, a interdição do fundo dos prédios pela Defesa Civil. O espaço vivido, o ambiente ao redor, os riscos direcionados intencionalmente ou não, como vimos, por meio da categoria de injustiça ambiental, são muito mais que um palco neutro onde ocorrem esses eventos; eles constituem parte integrante da história, das memórias desenvolvidas, da percepção de risco pelas pessoas expostas e da sua relação com o lugar. Esse fato, muitas vezes compreendido como óbvio dentro da história ambiental, merece destaque na medida em que pretendemos compreender como isto faz parte da história sobre a qual se intenta discorrer.

É necessário ressaltar, mesmo do ponto de vista metodológico, que a narração de um trauma depende, também, da existência de um interlocutor. No caso de Joseli, o interlocutor foi seu filho, que resgatou sua vivência para fins de um trabalho acadêmico. Não fosse o caso, o evento permaneceria simplesmente esquecido e guardado dentro da memória e dos sintomas ainda presentes na vida de quem vivenciou o desastre. Tampouco o desastre socioambiental, devido à sua “pequena” magnitude, seria reconhecido como tal.

O relato e a disposição de Joseli de narrar o que viveu, de buscar elementos materiais do passado que pudessem ilustrar o evento – as fotos e os documentos –, fez com que esse não viesse a ser mais um caso de desastre socioambiental que simplesmente não tivesse nenhum lugar na história.

Na entrevista, Joseli se valeu de diferentes estratégias para transmitir legitimidade ao seu relato, mostrando sua necessidade de passar credibilidade ao evento exposto. Fez questão de mostrar ao entrevistador documentos, vestígios de um passado ainda muito presente em sua vida. Laudos da Defesa Civil interditando o prédio, cartas de assinaturas da vizinhança demandando respostas e ações frente ao município e/ou Estado, e fotografias, mostradas para remeter aos acontecimentos. Elsa Peralta dá grande destaque em sua obra ao uso desses objetos como testemunho, como algo que media e confere materialidade ao passado:

[...] o ‘objeto testemunhal’ (Hirsch & Spitzer, 2006) permite reencontrar, através de atos de envolvimento criativos dirigidos para o futuro, a ‘assinatura’ identitária fragmentada pelo golpe da violência. Mais do que uma reminiscência do passado, de uma lembrança, o objeto da memória é o passado no presente, condição potenciada pela sua própria durabilidade temporal: o objeto do passado participou do passado e traz dele a sua marca, a sua energia; e o objeto do passado é material e evidência no presente (Peralta e Ganito, 2013, p. 195).



Figura 2: Prédio tomado por lama, lixo e outros objetos que deslizaram no desastre. Fotografia tirada no dia do ocorrido, 24 out. 2005. Fonte: Acervo do autor.



Figura 3: Mesma entrada do prédio em um dia normal, sem deslizamentos, 10 ago. 2023. Fonte: Acervo do autor.

Também há no relato de Joseli, quando questionada, o intento de mostrar fotografias como forma de validação do seu discurso. Peralta retrata em sua obra esse uso específico por pessoas que sofreram de grandes traumas por conta das características miméticas desses objetos. Trata-se de uma maneira de tornar um evento passado mais tangível ainda no presente e de, ao mesmo tempo, pela demonstração de materiais e vestígios comprobatórios de um evento no passado, validar seu discurso e a própria narrativa. Atentando para esse ponto, Catroga (2001) discute em sua obra esse desejo de parecer verossímil, recorrendo a outros relatos, outras memórias e narrativas – no nosso caso, recorrendo aos próprios documentos do passado, para que não sejam esquecidos –, reforçando o caráter relacional e intersubjetivo da memória.



Figura 4: Fundos do prédio tomados por terra, lixo, pedaços de encosta, plantas e outros objetos, 24 out. 2005. Fonte: Acervo do autor.

Outra característica narrativa evidente aparece no discurso de Joseli e ilustra como um trauma, na forma de memória, causado por um desastre socioambiental, é percebido e narrado dentro de seu tempo. Quando questionada sobre quem foi ou quem foram os responsáveis pelo ocorrido, ela não hesita em mencionar o Estado. Como Sedrez (2013) aborda em seu trabalho, essa é uma característica típica de nosso tempo histórico:

O desastre, por definição, atinge coletividades. E as ações remediadoras também são geralmente coletivas. Algumas destas podem partir de iniciativas privadas – orações, redes de solidariedade, êxodos – mas, especialmente na Era Moderna, há uma expectativa de que o Estado lidere a resposta ao desastre. Mesmo o mais ardente defensor do estado mínimo nos EUA, por exemplo, não hesitaria em apontar a responsabilidade do governo federal em casos de catástrofe como o furacão Katrina, em New Orleans, ou Sandy, no nordeste americano. O Estado, então, desponta como mediador das relações entre sociedade e natureza no momento crítico do desastre (Sedrez, 2013, p. 185).

Como discute Sedrez (2011; 2013) em suas obras, desastres socioambientais já foram justificados socialmente por vários outros elementos, sendo a religião um dos mais marcantes. São conhecidas pelo campo da história das ciências, por exemplo, associações feitas entre grandes eventos, que poderíamos definir como desastres socioambientais, como grandes epidemias e pandemias, a elementos místicos e religiosos, sendo caracterizadas por castigos divinos devido ao comportamento pecaminoso dos humanos.⁴ Na atualidade, o comum é a associação a uma ausência do Estado, ou mesmo à culpabilidade da ação estatal, em suas diversas instâncias, como também aparece no testemunho estudado. O relato de Joseli está marcado por determinado enquadramento de seu tempo, sendo possível perceber marcas deste no seu discurso.

É notável a forma, já mencionada, de validação do próprio trauma por meio da apresentação de objetos que tornem sua experiência mais tangível e palpável, que o legitimem. Há uma dimensão de disputa nessas questões, assim como na definição ou decretação por meio de diversos agentes do que configuraria ou não um desastre socioambiental:

Há, por parte dos grupos que experienciaram o trauma, um processo de ‘reinvidicação’ por ele, que se dá na esfera pública, tornando-o legítimo e conectando esses indivíduos pelo dor e por serem vítimas desse processo. Toda construção social dos traumas coletivos está sujeita a disputa por interesses específicos, seja do ponto de vista ideológico ou mesmo material, por aqueles que se apresentam como os ‘construtores de sentido’ do evento e que buscam, por meio das suas formulações, a aceitação e a legitimação social de suas narrativas (Schurster e Araújo, 2022, p. 13).

Há nisso tudo algo de muito diferente em relação às catástrofes históricas e seus “traumatizados”, como os soldados americanos que retornaram do Vietnã; a possibilidade do desastre, do motivo gerador do trauma, a violência iminente permanece real, uma vez que as encostas não recebem manutenção constante e o processo de favelização e as práticas relacionadas ao descarte de lixo de forma adequada estão longes de serem resolvidos. Aliada a isso, toda a

4 Outro exemplo disso é a questão abordada Ludwik Fleck em *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, em que a sífilis, unidade base de análise do autor em sua importante obra, fora associada durante muito tempo ao comportamento luxurioso das pessoas, sendo mesmo um estigma que marcava os indivíduos quanto ao seu comportamento.

percepção ambiental do meio em que vive – as árvores, a pedreira, a paisagem, a umidade – contribui para uma perpetuação concreta da sensação de que nada mudou e a história parece se repetir.

Um soldado ferido numa batalha, por exemplo, ou um veterano aposentado do Exército dificilmente será exposto de novo a qualquer coisa próxima daquilo que lhe gerou o trauma. E em que medida isso difere das vítimas dos desastres socioambientais do Rio de Janeiro e do Brasil afora? Muitos dos que sofreram diretamente com deslizamentos de terras, enchentes, queda de barrancos e encostas simplesmente continuam morando nos mesmos lugares, pois não foram realocados pelo Estado e nem têm condições concretas de se mudarem para um local seguro por conta própria – ainda mais tendo em vista um cenário de especulação e encaucamento do solo urbano nas grandes cidades.

Considerações finais

Procuramos destacar e analisar, por meio deste artigo, algumas questões extremamente relevantes acerca do objeto proposto. Discorrendo sobre o relato de Joseli dos Santos, testemunha viva dos eventos ocorridos, tornou-se notável o enorme impacto com consequências extremas que os desastres socioambientais pequenos e médios trazem para a vida dos cidadãos – como visto, estresse pós-traumático, síndrome do pânico, mudanças comportamentais e influências negativas na saúde e no bem-estar.

Assim, é notório, necessário e legítimo o esforço histórico em analisar os desastres pequenos e médios que, fora das grandes narrativas sobre uma cidade, região ou país, possuem graves consequências na saúde, no bem-estar geral da população que convive com seus efeitos, e que deixam vestígios, materiais ou não, como os que deixaram em Joseli. Esses eventos não devem ser excluídos pela historiografia, e o fato de tenderem a aumentar ou diminuir dependendo da conjuntura, também deve ser levado em consideração.

Nesse sentido, ressaltamos o importante aparato metodológico da história oral para casos como esse. Muito mais do que sintomas de Tept, comportamentos, pensamentos invasivos, temos em mãos testemunhos de pessoas vivas, que querem ser ouvidas e almejam validar e visibilizar seus traumas. Suas experiências são vitais para compreender e fazer uma narrativa a partir de seus locais, e compõe, no caso de Joseli, parte da história da cidade do Rio de Janeiro.

Dado que há uma dimensão narrativa posta em disputa, estabelecemos uma relação entre o caso relatado do desastre socioambiental e dos estudos recentes da memória, tentando contribuir para a compreensão das especificidades desses eventos sem perder de vista elementos essenciais que compõem a história do meio ambiente das vítimas desses episódios. Entendemos que o meio em que os indivíduos desenvolvem sua vida é, inexoravelmente, uma integrante necessária do estudo; muito mais que um mero palco dos acontecimentos, ele permite reflexões fundamentais para o entendimento proposto. Nesse contexto, como defende Elsa Peralta, “recordar a violência é, não só uma patologia, mas também um ato político” (Peralta e Ganito, 2013, p. 193).

Referências bibliográficas

- ASSMAN, J. O que é a memória cultural. In: ALVES, F.M. et al. (org.). *Estudos de memória: teoria e análise cultural*. Famliação: Húmus, 2016. p. 87-116.
- BARREIRA, M.R.A; BOTELHO, M.L. Crise urbana e favelização no Rio de Janeiro: para uma crítica da “questão urbana” contemporânea. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 3., 2008, Londrina. *Anais [...]*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008.
- BECK, Ulrich. *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage Publications, 1992..
- BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. de Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CARUTH, C. Introdução ao trauma. In: ALVES, F.M. et al. (org.). *Estudos de memória: teoria e análise cultural*. Famliação: Húmus, 2016. p. 173-184.
- CATROGA, F. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001. p. 15-55.
- CROSBY JR., A.W. *The Columbian Exchange: biological and cultural consequences of 1492*. New York: Bloomsbury, 2003.
- FERREIRA, A. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, v. 14, n. 828, p. 1-13, 2009.
- FERREIRA, M.M. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.
- FERREIRA, M.M; FERNANDES, T.M; ALBERTI, V. *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fio-cruz, 2000.
- FLECK, L. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico: introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento*. Trad. de Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2008.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. de Wilma Patrícia Maas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LAUB, D. Truth and testimony: the progress and the struggle. In: CARUTH, C. (org). *Trauma: Explorations and memory*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995, p. 61-75.
- LOPES, A.R.S. Castigo do céu ou provação divina: consciência histórica dos desastres no sul de Santa Catarina (1974-2004). *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 11, n. 1, p.324-340, 2018.
- MAIA, A.C; SEDREZ, L. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966. *História Oral*, v. 14, n. 2, p. 221-254, 2011.
- PERALTA, E.; GANITO, T. Memória e violência. In: GRAEBIN, C.M.G.; SANTOS, N.M.W. (org.) *Memória social: questões teóricas e metodológicas*. Canoas: Unilasalle, 2013. p. 185-205.
- PERROT, M. *As mulheres, ou, os silêncios da história*. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2005.
- PINHEIRO, M.A. Catástrofes ambientais na mídia: narrativas das chuvas de 1966 e 2. *Revista Mídia e Cotidiano*, v. 7, n. 7, p. 67-83, 2015.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RIOS, F.D. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. *Revista Intratextos*, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2013.
- SANTOS, J. Entrevista concedida a Patrick Benaion. Rio de Janeiro, abr. 2023.

- SCHURSTER, K.; ARAÚJO, R.P. O ensino de história dos traumas sociais coletivos e dos temas socialmente vivos: trajetórias de um campo disciplinar. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 14, n. 36, p. e0108, 2022.
- SEDREZ, L. O corpo na história ambiental. In: ANDRADE, M.M.; SEDREZ, L.F.; MARTINS, W.S. *Corpo, sujeito e objeto*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012.
- SEDREZ, L. Desastres socioambientais, políticas públicas e memória: contribuições para a história ambiental. In: NODARI, E.S; CORREA, S.M (org.). *Migrações e natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 185-201.
- SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.
- ZHOURI, A. Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no rio Doce. *Repocs: Revista Pós Ciências Sociais*, v. 16, n. 32, p. 51-68, 2020.

Recebido em 16/11/2023

Aceito em 03/07/2024